



# Câmara Municipal

Lapa - Paraná

X

PROJETO DE LEI Nº 11/64

( Súmula - Abre um crédito Adicional Especial )

A CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA

DECRETA-:

- Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional especial de Cr\$ 144.782,00 ( cento e quarenta e quatro mil setecentos e oitenta e dois cruzeiros ) no orçamento, destinado ao pagamento da quota de Previdência não recolhida sobre "Limpeza Publica, Água e esgoto, matadouro e cemitério", referente ao período Abril de 1962 á Novembro de 1963.
- Art. 2º- Como recurso para atender o presente crédito, usa-se parte do excedente de arrecadação que se vêm verificando no corrente exercício.
- Art. 3º- A presente Lei entrará em vigor após sua oficial publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal da Lapa, em 15 de junho de 1.964.

Wilson Montenegro.  
Presidente.

X Registrado livro nº  
fls. 42 e Vers.  
em Setembro 1970



PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA  
ESTADO DO PARANÁ

—(115)—

Of. nº 60/64

Lapa, 4 de Maio de 1964.

Senhor Presidente:

Anexo ao presente tenho a honra de passar às suas  
mãos, para os devidos fins, o Ante-Projeto de Lei nº 5/64.

Na ausência de outros motivos, aproveito o ensejo  
para reiterar a V. Excia. os meus protestos de elevada estima e  
distinta consideração.

Cordiais Saudações.

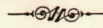
*plc arakj*  
\_\_\_\_\_  
Pedro Favaro Cavalin  
Prefeito Municipal

Exmo. Snr.  
Dr. Wilson Moreira Montenegro  
DD. Presidente da Câmara Municipal da Lapa  
N/Cidade



PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

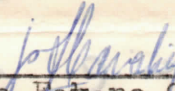


O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, apresenta a Câmara Municipal da Lapa o seguinte:

ANTE PROJETO DE LEI Nº 5/64  
(Abre crédito suplementar)

- Artº 1º - Fica aberto um crédito suplementar de Cr\$ 144.782,00 (cento e quarenta e quatro mil setecentos e oitenta e dois cruzeiros) no orçamento, destinado ao pagamento da quota de Previdência não recolhida sobre "Limpeza Pública, Água e esgoto, matadouro e cemitério", referente ao período Abril de 1962 a Novembro de 1963.
- Artº 2º - Como recurso para atender o presente crédito, usa-se - parte do excedente de arrecadação que se vêm verificando no corrente exercício.
- Artº 3º - A presente lei entrará em vigor após sua oficial publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 4 de Maio de 1964.

  
Pedro Favaro Cavalin  
Prefeito Municipal

As Comissões de Legislação e Jurisprudência e Documentação e Contas, permitiram os respectivos pareceres!

Selo de fecho em 4.5.64

aprov. com a emenda  
em lugar de "suplementar"  
para "adicional"  
em 1ª discussão  
Presidente  
em 8-6-64

O ante-projeto retrata, parece não  
aprender dispositivo de ordem constitucional,  
pois, no parecer da consultoria jurí-  
dica do D.F.T.M., e que acompanhou o ante-  
-projeto retemos a seguinte: —

"O pagamento da quota de Previdência,  
como já foi dito, não é de responsabilidade  
da Prefeitura."

A Prefeitura, afirma a não aquela  
parecer, funcionando como simples  
forte arrecadadora dos pagamentos

Se a Prefeitura não é responsável  
por essa taxa, nada deve em relação a  
mesma, e se não revelar o tributo  
em espécie, nada tem a acrescentar  
ao Instituto.

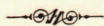
O piramos pela não aprovação  
da presente matéria legislativa.

Em 25 de maio de 1964

Cardeiro  
Pedro Passes Green  
Com restrições - Finelton Moniz



PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA  
ESTADO DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores:

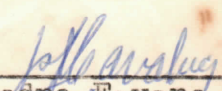
A Prefeitura Municipal da Lapa foi notificada pelo IAPFESP., para recolher naquele Instituto a importância de Cr\$ 144.782,00 da Quóta de Previdência Social referente ao período de Abril de 1962 á Novembro de 1963, sobre calçamentos, Limpeza Pública, Agua e Esgôtos, etc. etc.

Ao recebermos a notificação, consultamos imediatamente o Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, a respeito desse compromisso que as Prefeituras do Estado até então ignoravam, e que por essa razão acredito que novas notificações virão, deves que Orçamento Municipal nenhum estava prevendo despesas dessa Natureza.

A resposta que nos veio do D.A.T.M. foi a mesma que aquele Departamento mandou para a Prefeitura Municipal de União da Vitória, e que estamos anexando a este para melhor justificar a abertura do crédito ora solicitado.

Com os mesmos propósitos juntamos também a notificação do IAPFESP., solicitando que estes documentos sejam devolvidos oportunamente a Prefeitura.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 4 de Maio de 1964.

  
Pedro Favaro Cavalin  
Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DA LAPA

Comissão de Orçamento Finanças e Tomada de Contas

PARECER.

A comissão não tem elementos para proceder a verificação da exatidão das parcelas constantes do T.V.D. anexo. O Snr. Prefeito também não afirma serem os mesmos exatos. Lastimamos o Snr. Prefeito conformar-se com o termo de Débito, deixando de apresentar defesa dentro do prazo legal e deixando também decorrer o prazo para recurso ao Conselho Superior de Previdência Social. É um conformismo prejudicial ao erário público, passível de critica desta Comissão e também da Casa.

Opinamos, preliminarmente seja verificada a exatidão da dívida que se quer cobrar e para a qual se pede abertura de crédito.

Sala das sessões da Camara Municipal da Lapa, 12/6/64

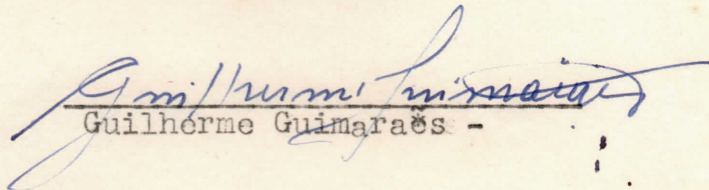
Yakeuandi.  
José Augusto Souza

PARECER EM SEPARADO DE UM MEMBRO DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
FINANÇAS E TOMADAS DE CONTAS.

Opino pela aprovação. Visto o proprio  
Departamento de Assistencia Tecnica dos Municipios. <sup>e</sup> que efetiva-  
mente uma <sup>Ca</sup>tarquia assistencial dos Municipios, dado um parecer  
Juridico favoravel ao pagamento da divida.

Deve ~~ser~~ <sup>ser</sup> dada a autorização em caracter  
de urgência, para não onerar maiores despesas com juros de móra  
ao cofre municipal.

É o parecer

  
Guilherme Guimarães -